

Funções económicas e sociais do **turismo rural pedagógico** no Distrito Federal, Brasil

IVO ELESBÃO * [ivoelesbao@yahoo.com.br]

MARCELINO DE SOUZA ** [marcelino.souza@uol.com.br]

ÂNGELA LUCIANE KLEIN *** [angelaklain@yahoo.com.br]

Resumo | As transformações que têm vindo a ocorrer no espaço rural têm contribuído de modo significativo para a configuração de uma nova realidade rural. Nesse contexto, destaca-se o turismo rural pedagógico, caracterizado como um conjunto de atividades realizadas no âmbito da propriedade rural, que se tem destacado como uma importante ferramenta de ensino e que tem dado a possibilidade ao agricultor de agregar valor aos produtos e serviços. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar as funções económicas e sociais do turismo rural pedagógico desenvolvido em propriedades rurais do Distrito Federal, Brasil. Com base em entrevistas realizadas com os proprietários rurais, verificou-se que o turismo rural pedagógico é uma atividade complementar e que contribui para a redução da ociosidade nos empreendimentos, tendo também um papel de destaque no processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave | Turismo rural, Ensino, Empreendedores.

Abstract | The transformations that have been occurring in rural areas have contributed significantly to setting a new rural reality. In this context, we highlight the pedagogical rural tourism, characterized as a set of activities within the rural property, which has emerged as an important teaching tool and enables farmers to add value to products and services. This study aims to analyze the economic and social functions of pedagogical rural tourism developed in rural properties in the Federal District, Brazil. Based on interviews with landowners, it was found that the pedagogical rural tourism is a complementary activity to the rural property, which contributes to the reduction of idleness in tourism establishments, also taking a leading role in the teaching-learning process of students.

Keywords | Rural tourism, Education, Entrepreneurs.

* **Doutor em Geografia** (Organização do Espaço) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Brasil. **Professor Adjunto** na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Campus de Silveira Martins, Brasil.

** **Doutor em Engenharia Agrícola** pela Universidade Estadual de Campinas. **Professor Associado** na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil.

*** **Pedagoga e Mestre** em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil.

1. Introdução

As transformações ocorridas no rural brasileiro, sobretudo nas últimas décadas, têm contribuído de modo significativo para a constituição de uma nova realidade, um 'novo rural', caracterizado por uma diversidade de ocupações, serviços e funções não exclusivamente produtivas, e que antes existiam apenas no meio urbano.

Nesse contexto, o rural passa então a ser visto, não mais como um lugar atrasado e sem perspectivas, mas como espaço dinâmico e diversificado, com múltiplas potencialidades, marcado fundamentalmente por relações de complementaridade com o urbano. De acordo com Graziano da Silva (2002), este 'novo rural' já não pode mais ser pensado somente como um lugar que produz mercadorias agrárias e oferece mão-de-obra. Além de poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, também possibilita a combinação de uma diversidade de novos postos de trabalho.

Diante desse processo de revalorização do mundo rural, a agricultura também passa a adquirir uma nova dimensão, decorrente das suas novas funções, as quais vão muito além da produção primária de alimentos e matérias-primas. Ela se torna responsável também pela disponibilidade e qualidade dos alimentos, pela conservação dos recursos naturais e preservação do património cultural, bem como pela reprodução socioeconómica das famílias rurais (Wanderley, 2003).

Este carácter multifuncional da agricultura, segundo Almeida e Souza (2003), possibilita uma reestruturação na maneira de conceber o desenvolvimento rural, que passa de uma visão setorial para uma visão integrada e em conexão com outros setores da sociedade. Neste contexto, destaca-se o turismo no espaço rural e as suas tipologias. Esta é uma atividade que, dentro do contexto da multifuncionalidade, pode representar uma importante estratégia de desenvolvimento local, favorecendo a ativação das áreas rurais, a conservação da natureza e a criação de novos postos de trabalho.

O turismo rural pedagógico como uma dessas vertentes tem vindo a destacar-se no cenário internacional como uma importante ferramenta de ensino, que favorece a recuperação e a valorização dos costumes e das tradições do mundo rural, bem como o conhecimento da produção agrícola e a troca de experiências, fazendo emergir um conjunto de 'novas funções' da agricultura que possibilitam ao agricultor agregar valor aos produtos e serviços rurais.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar as funções económicas e sociais do turismo rural pedagógico desenvolvido em propriedades rurais do Distrito Federal, Brasil.

2. O turismo rural pedagógico

O turismo rural é uma das atividades que emergem num contexto de transformações constantes num mundo rural cada vez mais dinâmico e com múltiplas possibilidades. Sznajder, Przezbórska e Scrimgeour (2009) apresentam as funções do turismo rural, ressaltando a função económica, relacionada com o estímulo do desenvolvimento agrícola, a criação animal, a geração de renda adicional; a função espacial e ambiental, associada ao cuidado com o ambiente, à proteção da natureza e à utilização de edificações antigas, comumente abandonadas e que podem contribuir para a preservação da herança cultural rural; e a função sócio-psicológica, relacionada com a ampliação do respeito pela comunidade rural, com o entrelaçamento entre culturas urbanas e rurais, com a obtenção de novas habilidades e experiências e com a oportunidade para contemplar contatos com um estilo de vida tradicional, favorecendo o aprendizado sobre a sua área local, a sua história e as suas atrações. Dentro desta função, emergem ainda as funções educacionais do turismo rural, relacionadas com o aprendizado acerca do mundo rural e das suas peculiaridades (a natureza, a herança cultural, os produtos agrícolas, as práticas

dos produtores) e as oportunidades de participação no trabalho agrícola, as quais permitem aos turistas expressar sentimentos próprios e desenvolver a sua criatividade, contribuindo ainda para a boa saúde (condições climáticas, alimentação, prática de exercícios).

Este conjunto de funções do turismo rural converge totalmente com os aspectos visualizados no turismo rural pedagógico, cujo objetivo principal é facilitar o processo de ensino e aprendizagem por meio da articulação teoria e prática. De acordo com a Associação Brasileira de Turismo Rural (Abraturr), o turismo rural pedagógico compreende:

O conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com o meio ambiente e a produção agropecuária e/ou com os valores históricos de produção no universo rural, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o património cultural e natural da comunidade que fundamentalmente tem um acompanhamento didático pedagógico com o objetivo de aquisição de conhecimento (Abraturr, 2005, p. 6).

Embora seja um conceito bastante abrangente e generalista, a definição proposta pela Abraturr constitui um marco importante no contexto brasileiro, na medida em que favorece o seu posterior conhecimento diante da comunidade académica. Além disso, é uma definição que, de certa forma, possibilita a compreensão de que o turismo rural pedagógico, desenvolvido no âmbito das propriedades rurais, contempla diferentes dimensões, tais como a social, a cultural, a económica, a ambiental e, sobretudo, a educacional.

Sob essa perspectiva, as propriedades rurais passam a receber um novo enfoque, tornando-se

ambientes pedagógicos valorosos que possibilitam a realização de uma ampla gama de atividades educativas, utilizando como recurso didático a produção agropecuária, a agricultura e os recursos naturais e culturais ali existentes. A compreensão da importância atribuída às propriedades rurais, enquanto ferramentas de ensino tem vindo a difundir-se de modo significativo em países como os Estados Unidos da América, o Japão e, sobretudo, na Europa Ocidental, onde diferentes projetos de cooperação entre escolas e propriedades rurais têm vindo a ser desenvolvidos, recebendo apoio de entidades locais e incentivos dos governos que, percebendo a relevância destas ações, passaram a incluí-las na pauta das discussões.

Conforme Caffarelli, Coquillaud, Daniel e Thou (2010), no ano de 2001 uma comissão interministerial da França publicou uma circular que definiu as estruturas e o papel das propriedades rurais que desenvolvem atividades pedagógicas, bem como os objetivos e os tipos de públicos. De acordo com esse documento, a propriedade rural pedagógica¹ caracteriza-se como uma estrutura com criação de animais e/ou culturas, que recebe crianças e jovens da escola e fora dela, podendo ser subdividida em dois tipos: as propriedades de animação e as explorações agrícolas. O primeiro deles compreende as propriedades urbanas ou periurbanas que apresentam pouca ou nenhuma produção agrícola, mas que dispõem de uma diversidade de espécies de animais domésticos. As propriedades de animação foram criadas prioritariamente para atender as crianças, porém o seu público tem-se tornado cada vez mais variado. Já as explorações agrícolas compreendem as propriedades rurais que, além de manter a sua função primária de produção, também desenvolvem atividades educativas, recebendo grupos de crianças e jovens regularmente. Elas possibilitam aos atores rurais diversificar as suas atividades, ao mesmo tempo que permitem às crianças e jovens a descoberta de um outro mundo, o mundo rural.

Segundo Nasolini (2005), as propriedades rurais pedagógicas, por permitirem a descoberta deste

¹ Em virtude das suas características, a expressão 'propriedade rural pedagógica' será utilizada neste texto como sinónimo do termo turismo rural pedagógico. Conforme pesquisas, as traduções do termo 'propriedade rural pedagógica' variam de acordo com cada país/idioma, porém apresentam características e finalidades bastante semelhantes.

universo a partir de uma abordagem ativa junto dos animais e das plantas, dão uma maior atenção ao meio ambiente e à valorização da origem das 'coisas', criando, por conseguinte, uma excelente oportunidade de ampliação e reconhecimento do papel do agricultor para o desenvolvimento sustentável.

Bertacci (2005) ressalta ainda que as propriedades rurais pedagógicas podem representar um verdadeiro laboratório ao ar livre, contemplado por um universo repleto de possibilidades e valores educacionais que são oferecidos às escolas, como banco de dados a ser utilizado na plataforma curricular. Neste contexto, o ambiente torna-se um lugar de exploração e observação direta, favorecendo a experiência pessoal e experimental e estimulando o desenvolvimento de diferentes habilidades.

Nesse sentido, conforme destaca Gurrieri (2008), as propriedades rurais pedagógicas no contexto atual favorecem, dentre outros aspetos, uma conexão direta entre a cidade e o campo, entre o produtor e o cidadão, entre o agricultor e o consumidor, constituindo uma importante ferramenta, capaz de impedir a dispersão do património sociocultural existente no meio rural, relacionado com a produção de alimentos, a terra, a natureza e o meio ambiente.

O resultado dessa conexão emerge no reconhecimento das propriedades rurais e, mais especificamente, na prática do turismo rural pedagógico, enquanto uma estratégia sócio-económica com potencial, que pode favorecer tanto os agricultores, na medida em que gera rendas complementares e a difusão de seus conhecimentos e saberes práticos, como os estudantes, a partir do momento em que possibilita um aprendizado diferenciado e significativo, permitindo o contato direto com elementos da natureza e a realização de atividades práticas num contexto que vai muito além da sala de aula, favorecendo a educação ambiental e nutricional.

Uma série de experiências internacionais envolvendo projetos de cooperação entre propriedades rurais e escolas de educação básica têm evidenciado a importância desse tipo de

atividade, não apenas em termos educacionais e económicos, mas também em termos sociais, ambientais e culturais. Em países como a França, por exemplo, as inúmeras propriedades rurais pedagógicas existentes no meio rural têm vindo a revelar-se atividades de carácter exemplar no quadro de um desenvolvimento sustentável.

Conforme Caffarelli et al. (2010), isso se deve ao fato de que estas atividades contemplam um conjunto significativo de objetivos que vão desde aspectos económicos (possibilidade de rendas complementares), ecológicos (educação ambiental), patrimoniais (preservação do património histórico e paisagístico), até sociais (intercâmbio entre o urbano e o rural), favorecendo desse modo o reconhecimento do papel do agricultor e, sobretudo, da agricultura no processo de aprendizagem e valorização do meio ambiente.

A compreensão do relevante papel desempenhado pelas propriedades rurais no âmbito da educação também está presente na Noruega, que desde 1995 vem desenvolvendo projetos de cooperação entre escolas e propriedades rurais, por meio da assistência da Universidade Norueguesa de Ciências da Vida (Umb). Os resultados obtidos com tal experiência têm sido bastante promissores, tornando-se uma referência para outros países que almejam realizar trabalho semelhante (Krogh, Verstad, Nergard, Jolly & Parow, 2004).

Ainda no cenário europeu, outra experiência semelhante, envolvendo a realização de atividades pedagógicas no âmbito das propriedades rurais e que se tem destacado, está situada na Itália. Segundo Napoli (2006), no ano de 2000 foram averiguadas 273 propriedades rurais pedagógicas, destacando-se a região de Emilia-Romagna, que na época já contava com 115 propriedades rurais envolvidas com atividades de carácter pedagógico. Os objetivos dos projetos desenvolvidos nesta região visam, sobretudo, reforçar a identidade local e promover a valorização dos produtos alimentícios típicos e as explorações agrícolas, o que, por sua vez, favorece uma maior conscientização da função

social desempenhada pela agricultura e também pelos espaços rurais.

A valorização e reconhecimento da função educativa desempenhada pela agricultura e pelos espaços rurais também estão presentes em países como os Estados Unidos e o Japão. Nos EUA, especificamente no Estado da Pensilvânia, o pilar de sustentação das atividades promovidas nas propriedades rurais em parceria com as escolas está na preocupação com aspectos relacionados com a obesidade infantil e diabetes e a promoção de um estilo de vida mais saudável e sustentável (Hinrichs, Schafft, Bloom, & Mchenry-Sorber, 2008).

Já no Japão, um programa pedagógico envolvendo um grupo de agricultores donos de propriedades leiteiras que oferecem serviços de caráter educativo aos visitantes, em especial às crianças e jovens das escolas locais, tem vindo a ser desenvolvido desde 2000, produzindo efeitos positivos em termos de aprendizagem tanto aos visitantes, como também aos próprios agricultores, sendo que estes últimos têm a oportunidade de descobrir novas possibilidades para a agricultura (Ohe, 2009).

A análise desse conjunto de experiências evidencia o caráter multifuncional da agricultura e dos espaços rurais, os quais passam a configurar-se como um verdadeiro 'laboratório de aprendizagens', que possibilita um encontro adjacente da produção e dos viveres da ruralidade com a sociedade urbana. Sob esse entendimento, a produção de alimentos e as condições onde ela se realiza tornam-se um instrumento de aprendizado para os alunos provenientes dos centros urbanos, na medida em que possibilita a compreensão de todo o processo, iniciando pelas formas de produção e de processamento, da culinária tradicional e dos costumes até aspectos relacionados com a diversidade cultural e questões envolvendo a fauna, a flora e a relação homem-natureza.

No cenário brasileiro já estão a ser desenvolvidas algumas experiências envolvendo a prática de atividades pedagógicas no âmbito das propriedades

rurais, a partir do aproveitamento das múltiplas funções da agricultura.

3. Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi desenvolvida com base numa abordagem qualitativa, de caráter descritivo. A escolha desse tipo de pesquisa justifica-se pelo fato de centrar-se no estudo de um fenómeno social contemporâneo pouco investigado e que necessita de uma compreensão mais aprofundada, permitindo a identificação de aspectos que o caracterizem e o tornem mais explícito e acessível para a comunidade científica e a sociedade como um todo.

Para a realização do estudo foram utilizados os seguintes procedimentos técnico-metodológicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas. As entrevistas foram realizadas com os proprietários rurais que fazem parte do Projeto 'Turismo Rural e Escola – Fazendo Eco', coordenado pelo Sindicato de Turismo Rural e Ecológico do Distrito Federal (Ruraltur).

O turismo rural desenvolvido no Distrito Federal possui um conjunto de empreendimentos que estão reunidos na sua maioria no Ruraltur, o qual coordena o desenvolvimento das atividades de turismo rural tanto na Capital Federal como no entorno, possuindo um total de 25 associados.

Uma das iniciativas do Sindicato é o Projeto 'Turismo Rural e Escola – Fazendo Eco', desenvolvido pelo Ruraltur em parceria com o Sindicato das Escolas Particulares (Sinepe) e com o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae/DF). Este projeto teve como base a Lei 3.664, de 6 de setembro de 2005, sancionada pelo Governo do Distrito Federal e que instituiu o Projeto 'Classes Transplantadas'.

O Projeto 'Classes Transplantadas' teve como inspiração um trabalho desenvolvido na França e como base a teoria de Célestin Freinet. De acordo com Elias (2002), para Freinet os conhecimentos

somente teriam valor se relacionados às experiências pessoais, pois “existem crianças que têm uma sensibilidade à experiência tão aguda que o gesto nem sequer tem necessidade de ser repetido para deixar um sinal indelével” (Elias, 2002, p. 59). Segundo Sampaio (1989), Freinet percebeu que o interesse das crianças estava no lado de fora da sala de aula, passando então diariamente a organizar as chamadas ‘aulas-passeio’. O ambiente em sala de aula, que era marcado pelo desinteresse dos alunos, passava a ser outro no retorno dos passeios.

O Projeto ‘Turismo Rural e Escola – Fazendo Eco’ tem como objetivo geral “promover de forma planejada e sistematizada a visita dos alunos da rede de ensino do Distrito Federal e entorno, sob a orientação de seus professores, aos empreendimentos do turismo rural, filiados ao Ruraltur que possuam vocação pedagógica, para vivenciarem, de maneira lúdica e didática, experiências concretas de conteúdos trabalhados em sala de aula” (RuralTur, s.d., s.p.).

Fazem parte do Projeto nove empreendimentos: Hotel Fazenda Araras (Projeto: A Lida no Campo); Centro de Turismo Rural Pedagógico Ver de Perto (Projeto: Cultura e Natureza); Chapada Imperial (Projeto: Natureza do Cerrado); Fazenda Recreio Dinizlândia (Projeto: Brincando com as Ciências); Fazenda Velha (Projeto: De Volta ao Passado); Rancho Canabrava (Projeto: Aprendendo com os Cavalos); Recanto Pedra Grande (Projeto: Caminhos da Biosfera); Solar da Águia (Projeto: A Alquimia do Cerrado); Sítio Geranium (Projeto: Nos Caminhos da Sustentabilidade).

As entrevistas foram agendadas com importante auxílio do Ruraltur, sendo o trabalho de campo realizado em fevereiro de 2013. Foram pesquisados cinco empreendimentos, podendo-se verificar a infraestrutura da propriedade, principalmente aquela utilizada para receber os grupos escolares, sendo que todas as entrevistas foram realizadas nos próprios empreendimentos, onde foram gravadas e posteriormente transcritas. Os empreendimentos pesquisados foram os seguintes: Centro de Turismo

Rural Pedagógico Ver de Perto, Fazenda Recreio Dinizlândia, Fazenda Velha; Rancho Canabrava e Solar da Águia.

Os dados foram tabulados e analisados. As falas dos entrevistados são utilizadas na análise dos dados, todavia não são identificadas, sendo utilizado para isso um código formado por letras e números: as letras ‘EE’, que significam ‘Entrevista Empreendimento’ e os números, que indicam a ordem da realização das entrevistas. Nesse sentido, as falas dos entrevistados estão referenciadas como EE1, EE2, EE3, EE4 e EE5.

Dos cinco entrevistados, quatro eram mulheres e um homem, com idades que variam de 54 a 78 anos e média de 63,6 anos. Quanto à profissão, três são aposentados e dois declararam-se empreendedores. Quatro possuem formação no ensino superior. As propriedades possuem uma área média de 56 ha, sendo que a maior possui 159,7 ha e a menor 6,7 ha.

4. Análise dos dados

Todos os entrevistados apontaram o turismo como atividade produtiva, existindo somente esta atividade em três empreendimentos e em outros dois há também atividades agropecuárias. Um dos empreendedores enfrentou problemas decorrentes da proximidade com a expansão urbana, o que motivou o fim da produção agropecuária: “Atividades produtivas nós acabamos com ela, [...], a gente entendeu que não tava dando, não tava pensando produzir nada, porque havia furtos, aí ficamos só com turismo” (EE1, comunicação pessoal, fevereiro de 2013).

As atividades de turismo rural pedagógico que são oferecidas atualmente podem variar em função da demanda das escolas, pois “a gente monta o pacote de acordo com o que a escola quer” (EE5, comunicação pessoal, fevereiro de 2013) e englobam o desenvolvimento de conteúdos de disciplinas específicas, passando pela educação

alimentar, patrimonial, histórica, ambiental, a água e os animais.

Em relação ao número de pessoas que participam na realização das atividades direcionadas para os grupos escolares, todos os entrevistados afirmaram que é variável em função da demanda, ou seja, “depende muito do número de crianças que vem” (EE5, comunicação pessoal, fevereiro de 2013). Todos os entrevistados afirmaram que é disponibilizada uma pessoa para cada dez crianças, ou seja, “quando vem um grupo de duzentas crianças a gente usa no mínimo umas vinte pessoas”, ou “então, eu calculo assim, que tem uma média mínima de um adulto por dez crianças, sabe. Se eu tenho cinquenta meninos eu tenho cinco adultos trabalhando com eles” (EE2, comunicação pessoal, fevereiro de 2013). “Isso vai variar com a quantidade de pessoas n/é, olha para umas cem crianças a gente deve ter mais ou menos umas dez pessoas trabalhando” (EE4, comunicação pessoal, fevereiro de 2013).

Entre as principais motivações para o ingresso na atividade de turismo rural pedagógico estão questões relacionadas com a atividade profissional anteriormente desenvolvida, a possibilidade de conhecer uma experiência modelo e o patrimônio histórico da propriedade, permeado também pela satisfação do trabalho com as crianças das escolas.

Ficou evidente também que uma das principais motivações foi a procura manifestada por parte das escolas, bem como, a oportunidade de diversificar a atividade de turismo rural, atraindo outro público, o que contribui para reduzir a ociosidade dos empreendimentos.

As motivações para a permanência na atividade são praticamente as mesmas manifestadas para o ingresso e que vão da satisfação do trabalho com crianças das escolas à possibilidade de ocupação produtiva das estruturas que ficam praticamente ociosas durante os dias de semana. Importante destacar a preocupação com o processo de aprendizagem, pois “eu via que levar o aluno pra roça, com a abertura de espaço que existe, com a

liberdade que eles poderão aprender e chegamos a conclusão que o resultado é melhor que na escola, aquela rigidez de disciplina, de silêncio, de ordem. Aqui o aluno fica mais livre, eu acho que flui melhor” (EE1, comunicação pessoal, fevereiro de 2013).

Em relação ao planejamento na elaboração das atividades de turismo rural pedagógico, identificou-se que em alguns empreendimentos inicialmente houve algum planejamento para as atividades de turismo rural de maneira geral e alguma consultoria especificamente para o pedagógico, ou seja, o “planejamento que houve foi direcionado pelo Sebrae” (EE3, comunicação pessoal, fevereiro de 2013). O trabalho mais voltado para as atividades pedagógicas intensifica-se com a elaboração do Projeto “Turismo Rural e Escola – Fazendo Eco”, onde “o Sebrae de novo fez um convênio com uma consultora que trabalhou também a ideia dos empreendimentos do Distrito Federal terem essa parte, terem esse conteúdo pedagógico melhor trabalhado” (EE2, comunicação pessoal, fevereiro de 2013).

Foram realizados alguns investimentos iniciais em termos de infraestrutura, mas principalmente identificam-se adaptações para atender as demandas do turismo rural pedagógico. Alguns empreendedores construíram estruturas específicas para receber os alunos. Assim, “fizemos tudo. Porque antes era uma propriedade 100% ruralista e de uma hora pra outra transformamos em pedagógica, então mudamos tudo, até trator e outros equipamentos agrícolas, nós passamos pra frente, pra priorizar para pedagógico” (EE1, comunicação pessoal, fevereiro de 2013). Ainda outro construiu “a morada, o ranchão, essas coisas, o moinho, trazer o moinho, montar, tudo em função dessa ideia. A trilha senso perceptiva, quer dizer né, o que a gente adaptou mesmo foi assim a nossa casa no caso da gente receber crianças” (EE2, comunicação pessoal, fevereiro de 2013).

Como mencionado anteriormente, algumas propriedades já recebiam visitantes, tendo, portanto, uma estrutura montada para esse fim, sendo no

entanto necessário realizar algumas melhorias e incorporar outras estruturas.

Merece ser destacado que o Projeto 'Turismo Rural e Escola – Fazendo Eco' tem por finalidade organizar a atividade de turismo rural pedagógico e facilitar o trabalho de divulgação junto ao público alvo. Os entrevistados relataram que houve apoio técnico no desenvolvimento das atividades com caráter educativo nas propriedades, pois "o roteiro foi feito com apoio técnico do Sebrae" (EE2, comunicação pessoal, fevereiro de 2013). Não houve nenhum tipo de apoio financeiro, "financeiro não, não teve ajuda de ninguém, agora técnico, nós estamos tendo do Ruraltur através do Sebrae. Daí ele faz a demanda para o Sebrae. Um dos nossos maiores companheiros aqui é o Sebrae" (EE3, comunicação pessoal, fevereiro de 2013).

Um dos problemas relatados é a dificuldade em conseguir algum tipo de financiamento para investir nas atividades, pois há um problema fundiário que afeta algumas propriedades: "nós temos um problema que é geral e crônico, que é a falta da documentação fundiária. Com essa falta as portas dos financeiros se fecham, porque ninguém empresta dinheiro sem as garantias relativas, e a garantia melhor que tem é a própria terra que se vive" (EE1, comunicação pessoal, fevereiro de 2013).

O contato com as escolas está sendo trabalhado agora no âmbito do Projeto desenvolvido. Anteriormente ao projeto, cada empreendedor desenvolvia as suas estratégias de divulgação das atividades junto ao público alvo. Dois empreendedores destacaram o contato "através de e-mail, através de telefone" (EE3, comunicação pessoal, fevereiro de 2013; EE5, comunicação pessoal, fevereiro de 2013). Outro, "nós colocamos representante comercial, treinamos uma pessoa, normalmente um monitor, que tenha conhecimento específico na disciplina, e esse monitor vai fazer a visita nas escolas. Temos material impresso, levamos, temos filmes, gravações e tem funcionado" (EE1, comunicação pessoal, fevereiro de 2013). A denominada divulgação 'boca a boca' também foi mencionada por dois empreendedores.

O deslocamento até às escolas por parte dos próprios empreendedores para fazer a divulgação das atividades também foi uma estratégia utilizada, mas dificuldades foram relatadas, como aponta um dos entrevistados: "Com as escolas particulares eu tenho enorme dificuldade de comercialização, eu acho um saco ir pra escola, ficar vendendo, sabe, quer dizer... eu fiz isso algum tempo, mas fazia muito mal" (EE2, comunicação pessoal, fevereiro de 2013).

Os empreendedores estão tentando no âmbito do Projeto definir uma agência que fique responsável pela comercialização, mas ainda sem sucesso: "A gente já tentou fazer isso, mas é muito difícil" (EE4, comunicação pessoal, fevereiro de 2013). Mas "estamos tentando. O ano passado se tentou, o Sindicato, não eu, pra esse projeto Fazendo Eco, se tentou com duas empresas de Brasília... nenhum dos dois deslanchou. E o sindicato também tentou com o Sinepe. Foi muito mal no início, sabe, não deu certo, [...], um esforço muito grande que não deu certo" (EE2, comunicação pessoal, fevereiro de 2013).

O ideal seria que houvesse agências que intermediassem o agendamento, isso "é o ideal, a gente gostaria de trabalhar da porteira pra dentro, aqui nós entendemos o que plantamos, sabemos colher, melhor do que qualquer agente comercial. Agora, pra sair, ir pra escola, perde-se muito tempo, tem que aguardar o coordenador, o diretor, o professor, quando eles tiverem tempo de nos receber e a gente perde muito tempo e um agente ele vai resolver só aquilo, passa o retorno e nós ministramos a aula" (EE1, comunicação pessoal, fevereiro de 2013).

Não foi possível identificar o número médio mensal de visitantes, pois "não tenho um quantitativo certo, pois depende de muita coisa" (EE1, comunicação pessoal, fevereiro de 2013), ou seja, "eu não tive praticamente uma média mensal, sabe, porque recebi esporadicamente, esporadicamente, recebi muito assim, porque a professora me conhece, aí telefona" (EE2, comunicação pessoal, fevereiro de 2013).

Em relação ao período com maior fluxo de alunos "a maior procura é no segundo semestre

do ano, porque no primeiro as escolas estão se organizando, a gente ta discutindo preço, data, e problema de chuva, aí quando chega no retorno das férias ta tudo no ponto” (EE1, comunicação pessoal, fevereiro de 2013). Assim, “aqui no Serrado os meses de maior fluxo é segundo semestre, por conta da seca. No primeiro semestre chove muito e é uma dificuldade. Primeiro semestre é muito pouco, então é uma atividade sazonal” (EE2, comunicação pessoal, fevereiro de 2013).

No entanto, há algum fluxo de escolas também no primeiro semestre “geralmente nos meses que antecedem as férias que é maio, junho, e depois no final do ano, outubro e novembro” (EE3, comunicação pessoal, fevereiro de 2013). Assim, “os fluxos escolares a partir de... é mais 2º semestre né, o fluxo maior, [...], então geralmente eu acho que fica mais pro final do ano, mais pra... maio né, maio, junho já começa” (EE4, comunicação pessoal, fevereiro de 2013).

Existe cobrança de uma taxa de visitação nos empreendimentos de turismo rural pedagógico que pode variar de R\$ 40,00 a R\$ 60,00 para atividades durante todo o dia. Esse valor pode ser menor se for por meio período, sendo que num dos empreendimentos “é nessa base de R\$ 30,00 por um período simples” (EE1, comunicação pessoal, fevereiro de 2013).

Observou-se que alguns empreendimentos fazem diferenciação de preços para escolas públicas e particulares: “o projeto pedagógico a gente ta cobrando R\$ 40,00 escolas públicas e R\$ 60,00 escolas particulares, café, almoço e lanche da tarde” (EE3, comunicação pessoal, fevereiro de 2013). “O ano passado tava 50,00 reais para escola particular né, e escola pública a gente vê, negocia, porque geralmente é o dia inteiro, eles chegam, eles tomam lanche na chegada aí eles vão começar a fazer a parte pedagógica depois tem o almoço e um lanche na saída. E o público a gente sempre... aí estuda né, o que eles querem, meio expediente, a gente sempre faz um preço diferenciado” (EE4, comunicação pessoal, fevereiro de 2013).

A prática do turismo rural pedagógico trouxe uma série de benefícios, segundo os entrevistados. Entre eles, merece destaque a satisfação pessoal proporcionada pelo trabalho com os escolares. Também foi comentada a contribuição nos empregos, “porque aqui nós começamos a estimular outras pessoas a trabalharem, aqui da comunidade mesmo, pessoas sem muita perspectiva de emprego, nós aproveitamos, com treinamento, e trouxemos esse povo para perto da gente” (EE1, comunicação pessoal, fevereiro de 2013). Além disso, “o Mec considerou uma nova tecnologia social. Uma coisa muito importante do ponto de vista da educação. Então da comunidade foi muito bom. Para as escolas foi excelente” (EE2, comunicação pessoal, fevereiro de 2013).

Importante colocar o caráter de complementaridade do trabalho pedagógico com os outros serviços turísticos oferecidos, pois “muitas vezes você traz mais visitantes através das crianças. [...]. Nós já tivemos várias famílias que vieram porque a criança esteve aqui com a escola [...]” (EE5, comunicação pessoal, fevereiro de 2013).

Em relação aos possíveis impactos negativos das atividades de turismo rural pedagógico, os empreendedores foram categóricos em afirmar que “impactos negativos eu não consigo enxergar nenhum não” (EE5, comunicação pessoal, fevereiro de 2013), “pelo contrário, foi muito favorável” (EE1, comunicação pessoal, fevereiro de 2013), então “nunca tive nada negativo” (EE2, comunicação pessoal, fevereiro de 2013). Embora tenha sido manifestada preocupação com o desenvolvimento do projeto: “Não, impacto negativo não tem, só, quer dizer, nós ainda não deslanchamos né. Esse projeto ainda não deslanchou” (EE3, comunicação pessoal, fevereiro de 2013) e “a parte de comercialização com as escolas particulares” (EE2, comunicação pessoal, fevereiro de 2013).

Como se pode observar nas falas dos entrevistados, as atividades educativas propostas voltadas para o público escolar tinham objetivos variados, que passam pelo ensino disciplinar, a educação ambiental, patrimonial e histórica,

além de outras práticas que são transversais aos conteúdos disciplinares, que vão ao encontro de uma formação mais ampla. Também é importante destacar que há uma forte relação das práticas educativas com a ludicidade, que está muito presente em todos os empreendimentos.

5. Considerações finais

As atividades educativas desenvolvidas atualmente nas propriedades pesquisadas não tiveram mudanças significativas desde o início do turismo rural pedagógico. No entanto, percebe-se que embora haja um enfoque principal em cada empreendimento, alguns estão preparados para atender diferentes demandas se necessário.

As atividades propostas são definidas em função da demanda da escola, isto é, no contato com o professor da disciplina ou turma é que é definida a abordagem que será utilizada e as atividades a serem realizadas. Nesse sentido, há uma certa flexibilidade para adaptar as demandas das escolas e um papel importante do professor nesse processo.

As atividades pedagógicas desenvolvidas nas propriedades que mais agradam os visitantes são aquelas que possuem maior ludicidade, sendo muito importante o planejamento da 'aula-passeio'.

Um dos pontos que merece ser destacado diz respeito às motivações para o desenvolvimento do turismo rural pedagógico. Uma parte dos empreendimentos tem no turismo rural pedagógico uma possibilidade de diversificação das atividades turísticas já realizadas, buscando assim reduzir a ociosidade do empreendimento. Entretanto, para alguns empreendedores as motivações vão muito além do interesse comercial, sendo mais destacadas as motivações pessoais.

Mais que uma atividade complementar para os empreendimentos, o turismo rural pedagógico tem uma função destacada no processo de ensino-aprendizagem, pois permite que no ambiente

rural permeado pela ludicidade se possa construir conhecimento.

Referências bibliográficas

- Abrauturri/Eca Jr. (2005). *Roteiro do turismo rural do Estado de São Paulo*. Acedido em 7 de junho de 2009, em www.idestur.org.br/.../F_ROTUIRO_PEDAGOGICO_TURISMO_RURAL.pdf
- Almeida, J. A., & Souza, M. (2003). Multifuncionalidade dos espaços rural e urbano: Reflexões iniciais. In H. Vela (Org.), *Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul*. Santa Maria, RS: Pallotti.
- Bertacci, M. (2005). *La scuola e le fattorie didattiche*. Acedido em 10 de junho de 2011, em http://www.ermesambiente.it/wcm/infea/sezioni_laterali/formazione/master_in_ea/Master_EA/master_ea/infean4.pdf
- Caffarelli, J., Coquillaud, M. S., Daniel, V., & Thou, M. (2010). *Créer une ferme pédagogique: de l'idée à la réalisation*. Dijon: Educagri Editions.
- Elias, M. d. C. (2002). *Célestin Freinet: Uma pedagogia de atividade e cooperação* (6ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Graziano da Silva, J. (2002). *O novo rural brasileiro* (2ª ed.). Campinas: Coleção Pesquisas.
- Gurrieri C. (2008). *Scuola in fattoria: Dal produttore al consumatore verso un consumo consapevole*. Acedido 15 em julho de 2011, em www.arpa.sicilia.it/UploadDocs/1369_Fattorie_Didattiche.pdf
- Hinrichs, C., Schafft, K., Bloom, D., & Mchenry-Sorber, E. (2008). *Growing the links between farms and schools: A how-to guidebook for Pennsylvania farmers*. Center for Rural Pennsylvania. Acedido 21 em maio de 2011, em <http://www.farmtoschool.org/files/publications189.pdf>
- Krogh, E., Verstad, B., Nergard, T., Jolly, L., & Parow, K. (2004). *The farm as a pedagogical resource: An evaluation of the co-operation between agriculture and primary school in the county of Nord-Trøndelag, Norway*. Acedido em 5 de março de 2011, em http://www.livinglearning.org/PDF%20documents/The_Farm_as_a_Pedagogical_Resource___Portugal.pdf
- Napoli, L. (2006). *A new reality for Italian rural areas: Educational farms*. Acedido em 27 de março de 2011, em <http://www.openstarts.units.it/dspace/bitstream/10077/865/1/f4napoli.pdf>
- Nasolini, T. (2005). *Educare all'ambiente e all'alimentazione*. Acedido em 4 de junho de 2011, em http://www.ermesambiente.it/wcm/infea/sezioni_laterali/formazione/master_in_ea/Master_EA/master_ea/infean4.pdf
- Ohe, Y. (2009). *Educational function of agriculture and farm diversification: Evidence from dairy Farming experience services in Japan*. Acedido em 13 de março de 2011, em <http://ageconsearch.umn.edu/handle/51557>
- RuralTur (s.d.). *Objetivos*. Acedido em 13 de março de 2011, em <http://www.turismoruraldf.com.br/fazendoeco/>
- Sampaio, R. M. W. F. (1989). *Freinet: Evolução histórica e atualidades*. São Paulo: Scipione (Série Pensamento e Ação no Magistério).
- Sznajder, M., Przebórska, L., & Scrimgeour, F. (2009). *Agritourism*. Wallingford: CAB International.
- Wanderley, M. N. B. (2003). Prefácio. In R. S. Maluf & M. J. Carneiro (Orgs.), *Para além da produção: Multifuncionalidade e agricultura familiar* (pp. 7-16). Rio de Janeiro: Mauad.